



## **LEI COMPLEMENTAR Nº 120**

*de 14 de fevereiro de 2014*

### **DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE ARTIGOS NA LEI 1310/2007 - PRODECO - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE JARDIM - MS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM,  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições  
legais, encaminha para apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto  
de Lei Complementar:*

#### **Art. 1º..**

*Inclui na lei 1310/2007, os artigos 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17, que terão,  
respectivamente, a seguinte redação:*

#### **Art. 11.**

*O Município poderá criar Distritos ou Pólos Empresariais, Industriais,  
Agroindustriais ou de Serviços, conforme a melhor condição local, sendo  
que:*

#### **I.**

*terão limites territoriais planejados com a destinação exclusiva de suas  
áreas;*

#### **II.**

*terão como objetivos:*

#### **a).**

*promover a implantação de uma infraestrutura necessária à indução de  
um processo de desenvolvimento;*

**b).**

*geração e melhoria de empregos;*

**c).**

*fomentar e diversificar as atividades econômicas do Município;*

**d).**

*atrair e apoiar as indústrias, agroindústrias e prestadoras de serviços;*

**e).**

*apoiar a inovação e o desenvolvimento tecnológico;*

**h).**

*fortalecer o comércio e*

**g).**

*incrementar a arrecadação tributária;*

**Parágrafo único. .**

*O uso do solo nos Distritos e Pólos empresariais, com áreas planejadas, submeter-se-ão ao poder de polícia da Administração Municipal e será disciplinada por esta Lei, o plano diretor, a legislação urbanística municipal, bem como a Legislação Federal e Estadual pertinentes.*

**Art. 12.**

*O Município poderá apoiar prioritariamente a criação de Incubadoras e Condomínios Industriais e Agroindustriais constituídos por microempresas e empresas de pequeno porte.*

**1º.**

*Para atingir as finalidades previstas neste artigo, o Município poderá construir pavilhões, arrendar, locar ou reformar prédios visando a cessão aos interessados, mediante aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento.*

**2°.**

*A cessão de espaços em prédios arrendados ou locados para uso industrial e Agroindustrial que exija prazo determinado será pelo período de 01 (um) ano, contado do início das atividades, podendo ser prorrogado para mais um período, desde que haja interesse e atenda os objetivos desta Lei.*

**3°.**

*Inclui-se dentro do Projeto de Incubadoras e Condomínios Industriais e Agroindustriais a construção de barracões pelo sistema comunitário, com a participação do Município, inclusive em terreno pertencente à Associação Comunitária.*

**Art. 13.**

*O Município poderá desenvolver projetos com o objetivo de implantar e apoiar núcleos rurais, visando:*

**I.**

*facilitar a concessão de incentivos fiscais;*

**II.**

*a difusão de tecnologia;*

**III.**

*fomento à produção agropecuária diversificada e sustentável;*

**IV.**

*a fixação do homem no campo;*

**V.**

*venda subsidiada da área rural;*

**VI.**

*locação de infraestrutura;*

**VII.** *assistência técnica;*

**1º.**

*No caso de descumprimento da função-objeto do bem, o produtor perderá os direitos, sendo o contrato de venda subsidiado, cancelado e o imóvel será destinado a outro produtor rural.*

**2º.**

*Com a finalidade de dar cumprimento ao estabelecido neste artigo, o Município poderá:*

**I.**

*adquirir, desapropriar e demarcar áreas rurais;*

**II.**

*firmar contratos de venda e compra subsidiada aos produtores rurais interessados, de acordo com a Lei;*

**III.**

*conceder incentivos fiscais;*

**IV.**

*buscar apoio federal, estadual e internacional com o objetivo de viabilizar a estruturação dos núcleos.*

**Art. 14.**

*O Município poderá conceder os seguintes benefícios a empresas e indústrias que se instalarem ou ampliarem suas instalações em seu território:*

**I.**

*Doação, Concessão gratuita ou venda subsidiada de área ou bem para instalações;*

**II.**

*Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, atendendo o seguinte.*

**a).**

*por 01 (um) ano, as empresas ou beneficiárias que oferecerem de 01 (um) a 03 (três) empregos;*

**b).**

*por 02 (dois) anos, as empresas ou beneficiárias que oferecerem de 04 (quatro) a 10 (dez) empregos;*

**c).**

*por 04 (quatro) anos, as empresas ou beneficiárias que oferecerem de 11 (onze) a 20 (vinte) empregos;*

**d).**

*por 08 (oito) anos, as empresas ou beneficiárias que oferecerem de 21 (vinte e um) a 40 (quarenta) empregos;*

**e).**

*por 10 (dez) anos, as empresas ou beneficiárias que oferecerem de 41 (quarenta e um) a 60 (sessenta) empregos;*

**f).**

*por 12 (doze) anos as empresas ou beneficiárias que oferecerem de 61 (sessenta e um) a 80 (oitenta) empregos;*

**g).**

*por 14 (quatorze) anos as empresas ou beneficiárias que oferecerem de 81 (oitenta e um) a 100 (cem) empregos;*

**h).**

*por 16 (dezesseis) anos as empresas ou beneficiárias que oferecerem de 101 (cento e um) a 120 (cento e vinte) empregos;*

**i).**

*por 20 (vinte) anos as empresas ou beneficiárias que oferecerem 121 (cento e vinte e um) ou mais empregos;*

## **Art. 15.**

*O requerimento dos interessados nos incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá ser instruído com o respectivo projeto e ser encaminhado através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.*

### **I.**

*preenchimento do formulário próprio, fornecido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;*

### **II.**

*fotocópia autenticada dos atos constitutivos da empresa e posteriores alterações, devidamente registrados nos órgãos competentes;*

### **III.**

*certidão negativa de protestos e distribuição judicial da empresa, dos diretores e dos responsáveis pela sua administração, em seus domicílios, relativos aos últimos cinco anos;*

### **IV.**

*comprovação de idoneidade financeira da empresa, diretores e responsáveis pela sua administração, fornecida por duas ou mais instituições bancárias;*

### **V.**

*prova de viabilidade econômico-financeira do empreendimento, através de apresentação de projeto com fluxo de caixa projetado para o período do benefício, cronograma de investimentos anuais e viabilidade do empreendimento com informação da fonte de recursos e segmentação dos investimentos em bens móveis e imóveis.*

### **VI.**

*obediência às normas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMADES, no que se refere a tratamentos de resíduos e combate à poluição;*

## **VII.**

*planta da situação da área, indicando as construções caso existentes e as projetadas, em relação às divisas do terreno;*

## **VIII.**

*cronograma de execução físico-financeiro das obras de implantação e financiamento.*

## **1º.**

*O projeto de que trata este artigo constará no mínimo de:*

### **I.**

*propósito do empreendimento;*

### **II.**

*estudo de viabilidade;*

### **III.**

*quadro de usos e fontes;*

### **IV.**

*cronograma de implantação;*

### **V.**

*projeto paisagístico;*

## **2º.**

*O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico poderá reduzir as exigências estabelecidas no parágrafo primeiro deste artigo quando se tratar de empresas que venham a se instalar em incubadoras industriais ou condomínios empresariais;*

## **3º.**

*A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico poderá contratar consultores para os projetos complexos e que necessitam de estudos minuciosos, elaborando laudos nos quais o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico se baseará para emitir parecer.*

**Art. 16.**

*Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, para a consecução dos objetivos desta Lei a adquirir por compra e venda, permuta, desapropriação, áreas rurais e/ou urbanas para a implantação dos Projetos previstos nesta Lei, obedecidas as disposições licitatórias, bem como, locar ou arrendar áreas com o mesmo objetivo.*

**Art. 2º..**

*Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.*

*JARDIM - MS, 14 DE FEVEREIRO DE 2014*

**ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA** PREFEITO MUNICIPAL

---

*Lei Complementar Nº 120/2014 - 14 de fevereiro de 2014*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*